

2020	Portaria 139/SREMT, de 09/01/2020	Revogada pela Portaria nº 2936 (DOU 20/05/2020)
2020	Instrução de Serviço 1/SRERS, de 09/01/2020	Revogada pela Portaria nº 190 (B.A. 13/01/2021)
2020	Instrução de Serviço 1/SER/SE, de 10/01/2020	Revogada pela Portaria nº 6428 (B.A. 09/11/20)
	Ata de Reunião/PFE/DNITCE e SECONT/CE	Tornada sem efeito, conforme Despacho (DNIT) SECONT - COENGE - CE (SEI nº 7189978)

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

## PORTARIA Nº 1.070, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DO PARÁ no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT - Art. 144, Inciso XXIV, bem como, da delegação de competência disposta no do inciso VIII do artigo 1º da Portaria nº 6.756, de 23 de novembro de 2020, publicada no DOU de nº 224, de 24 de novembro de 2020, seção I, página 36/37, o qual que versa sobre a contratação de obra de caráter emergencial, por dispensa de licitação conforme os casos enquadrados no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a DECLARAÇÃO da situação de EMERGÊNCIA na BR-010/PA para o segmento compreendido entre os km 210,57, Km 214,30 e Km 218,34., haja vista as condições em que se encontra a referida rodovia, bem como aos riscos iminentes aos que se expõem os usuários, que nela trafegam, devido a situação calamitosa de trafegabilidade neste segmento de rodovia, proferida pelo Coordenador de Engenharia desta Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará, conforme exarado no Despacho/SRE - PA/CET - PA (SEI nº 7594827), nos termos do que consta do Processo SEI 50602.000680/2021-93.

MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA

## Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

## PORTARIA CGIL-GAB Nº 44, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2º, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 46/2021/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência, Processo MIGRANTEWEB nº 47039.015072/2018-15, concedida ao imigrante JOHANNES WILLEM FOLKERT WIERINGA, RNM F0577009, nacional da Holanda, filho de JOKE FRANCINA WIERINGA BUNK, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto 9.199/17, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 47039.015072/2018-15.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA  
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

## DESPACHOS

DESPACHO Nº 673/2021/DNN\_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ  
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização  
Interessada: Hauana Souza Pinto  
Processo Naturalizar-se: 235881.0004476/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não preenche o requisito do parágrafo único do Art. 70, da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 674/2021/DNN\_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ  
Assunto: Indeferimento de pedido de naturalização  
Processo naturalizar-se nº: 235881.0001101/2020  
Interessado: ALINX RAPHAEL DEMELVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 675/2021/DNN\_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ  
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização  
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0000481/2020  
Interessado: Damis Masson

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

## DESPACHO Nº 373, DE 26 FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, resolve:

Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social CENTRO DE AMPARO E REABILITAÇÃO CANAÃ, com sede em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.054.502/0001-47 conforme Nota Técnica nº 78/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08084.000302/2021-40.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS,  
TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

## PORTARIA CONPORTOS Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Paraíba.

O Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Paraíba - Cesportos-PB, na forma do anexo a esta Portaria, conforme deliberado pela Comissão Nacional em sua 144ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO JOÃO DA SILVA  
Presidente da Conportos

## ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS  
PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA - CESPORTOS-PB  
CAPÍTULO I  
FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Paraíba - Cesportos-PB, criada pelo Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, é um órgão colegiado deliberativo, de caráter permanente, subordinado à Conportos, que tem por finalidade implantar sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis mantido pela Conportos.

§ 1º O sistema de prevenção e repressão de que trata o caput tem por base as resoluções da Conportos, a legislação nacional, os tratados, as convenções, os códigos internacionais e as respectivas emendas das quais o País seja signatário, que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis.

§ 2º A Cesportos-PB será responsável pela execução das ações da Conportos no Estado da Paraíba.

CAPÍTULO II  
ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO

## Seção I

## Composição

Art. 2º A Cesportos-PB é composta por um representante de cada órgão e entidades a seguir:

I - Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que a coordenará;

II - Capitania dos Portos da Paraíba;

III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da

Economia;

IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

V - Unidade de Segurança da Autoridade Portuária; e

VI - Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, como membro convidado, com direito a voto.

§ 1º Cada membro da Comissão terá, no mínimo, um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Cesportos-PB e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares locais dos órgãos representados e designados por ato do Presidente da Conportos.

§ 3º A representação da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba será solicitada ao Governo Estadual pelo coordenador da Cesportos-PB.

## Seção II

## Funcionamento

Art. 3º A Cesportos-PB se reunirá em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu coordenador ou por requerimento de um terço dos membros.

§ 1º O quórum mínimo para a realização de reunião e para a deliberação é de quatro membros.

§ 2º A aprovação de deliberação se dará por consenso de seus membros e, não sendo este possível, pelo mínimo de quatro votos dos membros.

§ 3º Na impossibilidade de comparecer à reunião, o membro titular oficiará ao seu suplente, solicitando sua presença para o exercício eventual de suas funções na Comissão.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades que possam contribuir para o esclarecimento das matérias tratadas.

§ 5º A pauta da reunião deverá ser divulgada por e-mail encaminhado aos membros da Cesportos-PB, com a antecedência mínima de sete dias da data de sua realização, com a indicação da data, local e horário da reunião, o resumo das matérias que serão tratadas, a identificação dos interessados, e outras informações consideradas relevantes.

Art. 4º As deliberações da Cesportos-PB, assinadas por seu coordenador, serão registradas em atas e expressas em portarias, pareceres, resoluções, recomendações, propostas de consolidação e de aperfeiçoamento de leis e regulamentos.

§ 1º Além do voto ordinário, o coordenador da Cesportos-PB terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º O voto contrário será registrado na ata da respectiva reunião.

§ 3º As atas e demais documentos mencionados no caput serão encaminhados à Conportos no prazo de cinco dias úteis, sendo vedada a divulgação das discussões sem a prévia anuência do coordenador, ouvidos os demais membros.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da Cesportos-PB será exercida pela Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual prestará o apoio técnico e jurídico ao funcionamento da Comissão.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades representados na Cesportos-PB poderão contribuir com os recursos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º Os membros da Cesportos-PB que se encontrarem em sua sede se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros municípios ou entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 7º Os processos da Cesportos-PB deverão tramitar, preferencialmente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SEI-MJSP, devendo ser concedido acesso aos membros titulares e suplentes da Comissão, bem como para os componentes da Secretaria-Executiva.

Parágrafo Único. O acesso ao SEI-MJSP deverá ser solicitado pela Cesportos-PB à Secretaria-Executiva da Conportos, mediante o envio de formulário padrão preenchido pelo interessado.

Art. 8º A Cesportos-PB poderá instituir subcomissões na hipótese de portos organizados e instalações portuárias localizadas em pontos distintos de sua circunscrição.

Parágrafo único. As subcomissões instituídas pela Cesportos-PB:

I - serão compostas na forma de ato do coordenador da Cesportos-PB;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitadas a três operando simultaneamente.

Art. 9º A Cesportos-PB poderá instituir grupos de trabalho temáticos para avaliação de matérias específicas e para o acompanhamento da implementação de ações da Cesportos.



Parágrafo único. Os grupos de trabalho temáticos instituídos pela Cesportos-PB estão sujeitos às mesmas disposições apresentadas para as subcomissões, no parágrafo único do art. 8º.

Seção III  
Competência

Art. 10. As competências da Cesportos-PB estão descritas no art. 11 do Decreto nº 9.861, de 2019.

Seção IV

Atribuições dos Membros da Cesportos-PB

Art. 11. Ao coordenador incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Cesportos-PB, conforme disposto em resoluções e no Regimento Interno da Conportos ou da Cesportos-PB.

Parágrafo único. A Cesportos-PB será responsável pela execução, em sua circunscrição, das ações da Conportos.

Art. 12. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - prover o apoio administrativo, técnico e jurídico necessário ao funcionamento da Comissão;

II - coordenar a implementação pelas subcomissões e Secretaria-Executiva das deliberações aprovadas nas reuniões da Comissão;

III - coordenar os trabalhos administrativos e técnicos da Secretaria-Executiva, distribuindo atribuições dentre seus componentes ou servidores designados para prestar tais apoios;

IV - elaborar as minutas de pauta das reuniões da Comissão para aprovação do coordenador, incluindo de ofício, independente de despacho, Estudos de Avaliação de Riscos (EAR); Planos de Segurança Portuária (PSP); credenciamento de Organizações de

Segurança (OS), de seus técnicos e dirigentes; e documentos recebidos das subcomissões e grupos de trabalho; e

V - compilar e apresentar em reunião da Comissão os indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico Organizacional da Cesportos-PB, quando formulado, fomentando debate acerca das medidas necessárias para o alcance das metas estabelecidas.

Art. 13. Aos Membros da Cesportos-PB incumbe o exercício das atribuições dispostas em resoluções e no Regimento Interno da Conportos ou da Cesportos-PB.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 14. A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 15. Eventuais despesas com os deslocamentos dos membros titulares ou suplentes para participar das reuniões da Cesportos-PB, de suas subcomissões ou dos grupos de trabalho temáticos correrão por conta dos órgãos e entidades representados ou, na hipótese de haver disponibilidade orçamentária e financeira, da Polícia Federal.

Art. 16. O presente Regimento Interno poderá ser alterado em reunião de caráter ordinário ou extraordinário e deverá ser aprovado por ato do Presidente da Conportos, ouvido a Comissão Nacional.

Art. 17. O presente Regimento Interno e suas eventuais modificações serão aprovados por meio de ato do Presidente da Conportos, ouvido a Comissão Nacional.

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo coordenador, ouvido os demais membros.

Art. 19. Este Regimento Interno entra em vigor na data de emissão do seu respectivo ato de aprovação.

## Ministério do Meio Ambiente

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA MMA Nº 73, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Torna pública a seleção das unidades de conservação federais da região da Amazônia Legal na primeira etapa do Programa "Adote Um Parque", e fixa valores mínimos de referência.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e segundo o que consta do Processo Administrativo nº 02000.000914/2021-39;

Considerando que compete ao Ministério do Meio Ambiente selecionar as unidades de conservação federais a serem incluídas no Programa Adote um Parque, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 10.623, de 9 de fevereiro de 2021;

Considerando que o valor mínimo de referência para a adoção terá como base a área total de cada unidade de conservação federal e será definido em ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente, nos termos do art. 6º do Decreto nº 10.623, de 9 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção das unidades de conservação federais da região da Amazônia legal na primeira etapa do Programa Adote Um Parque, nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos os seguintes valores mínimos para as propostas de adoção de unidades de conservação federais:

I - para empresas nacionais, o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hectare; e

II - para empresas estrangeiras, o valor mínimo equivalente a € 10,00 (dez euros) por hectare, convertidos em reais pelo sistema BACEN na data do fechamento da proposta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SALLES

ANEXO

UCs	Estado	Área
PARNA Montanhas Tumucumaque	AP	3.865.172
ESEC da Terra do Meio	PA	3.373.168
PARNA do Jaú	AM/RR	2.367.357
PARNA do Pico da Neblina	AM	2.252.419
APA do Tapajós	PA	2.040.325
PARNA do Juruena	AM/MT	1.957.949
FLONA do Amazonas	AM/RR	1.942.389
PARNA Matinguari	AM/RO	1.776.925
FLONA do Iquiri	AM	1.472.609
FLONA do Jamanxim	PA	1.301.696
RESEX Verde para Sempre	PA	1.289.359
PARNA da Amazônia	AM/PA	1.066.203
FLONA de Balata-Tufari	AM	1.052.955
FLONA de Pau-Rosa	AM	971.805
PARNA dos Campos Amazônicos	RO/MT/AM	961.327
REBIO do Uatumã	AM	938.732
RESEX Chico Mendes	AC	931.543
PARNA do Acari	AM	896.178
FLONA de Tefé	AM	865.127
PARNA do Jamanxim	PA	862.636
RESEX Rio Unini	AM	840.521
PARNA da Serra do Divisor	AC	837.560
ESEC Juami-Japurá	AM	831.532
PARNA Nascentes do Lago Jari	AM	812.753
RESEX Ituxi	AM	776.325
RESEX do Cazumbá-Iracema	AC	754.974
FLONA do Aripuanã	AM	750.976
FLONA do Crepori	PA	740.394
RESEX Riozinho do Anfrísio	PA	736.167
FLONA de Altamira	PA	722.947
PARNA de Pacaás Novos	RO	708.670
FLONA do Amanã	PA/AM	682.562
RESEX Tapajós-Arapiuns	PA	677.521
ESEC Alto Maués	AM	665.141
PARNA do Cabo Orange	AP	657.328
REBIO do Guaporé	RO	615.776
RESEX do Médio Purus	AM	604.236
RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi	AM/RR	580.628
FLONA do Jatuarana	AM	569.319
PARNA do Rio Novo	PA	538.154
RESEX do Alto Juruá	AC	537.949
FLONA de Urupadi	AM	537.588
RESEX do Rio Cajari	AP	532.405
FLONA do Tapajós	PA	530.621
FLONA de Humaitá	AM	472.455
FLONA do Amapá	AP	457.448
PARNA da Serra do Pardo	PA	445.413
FLONA de Saracá-Taquera	PA	441.271
REBIO do Rio Trombetas	PA	407.589
RESEX Rio Iriri	PA	398.850
FLONA de Itaituba II	PA	397.754
REBIO do Lago Piratuba	AP	392.475

